

ACTA Nº. 16

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO,
REALIZADA EM 19-04-08**

Aos dezanove dias do mês de Abril do ano dois mil e oito, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do **Senhor Rui Pedro Dias Gonçalves**, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos **Senhores Fernando José Guia Barbosa e Rui Vítor Pires Bragança**, interinamente primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

--

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

-

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

-

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Paulo Jorge Martins Beirante e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

-

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

-

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

-

Carla Sofia Roma de Oliveira, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Luís Filipe Dias Grácio. -----

-

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

-

António Silvino da Costa Ferreira e Isabel Maria de Jesus Pereira Maia. -----

Em representação da **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

-

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

-

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, Senhores Luís Filipe Mesquita Boavida, Maria João Gil dos Santos Grácio, João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Ezequiel Soares Estrada e Henrique dos Reis Leal.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão quando eram vinte horas e quarenta minutos, começando por dar posse aos elementos convocados

para substituírem os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

-

Deu posse a Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, que substitui o Senhor Sérgio Manuel Carrondo Amaro, do Partido Social Democrata. -----

-

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substituiu o deputado Carlos Manuel Godinho Matias, do Bloco de Esquerda. -----

-

Deu posse a Isabel Maria de Jesus Pereira Maia, que substituiu o deputado Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária. -----

Após a leitura das actas avulsas de instalação e do respectivo juramento por parte dos novos membros, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

De seguida, foi colocada à discussão e posterior votação a acta número quinze da Assembleia Municipal. -----

Atendendo a que nenhum membro se quisesse pronunciar sobre a acta, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou-a à votação. -----

-

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO QUINZE: -----

-

A acta número quinze foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda e cinco abstenções, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo uma do Partido Social Democrata, duas da Coligação Democrática Unitária, uma do Bloco de Esquerda e uma do representante da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

-

De seguida, entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

-

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-

Pediu a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Começaria por um assunto que nos deve regozijar a todos, tem a ver com as vésperas do trigésimo quarto aniversário do vinte e cinco de Abril, onde se comemora a liberdade e as conquistas económicas e institucionais. -----

-

O Partido Comunista Português, congratula-se com a não aprovação do Decreto-Lei, proposta de lei número quatrocentos e trinta e um barra dez, de alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos Autárquicos Locais. Entendemos que essa não aprovação é devida em grande parte à enorme contestação que a quase generalidade dos autarcas deste País moveu contra este projecto de lei, de todos os quadrantes políticos, as razões na altura invocadas, tinham a ver com a ingovernabilidade das autarquias, situação que é claramente falsa e que não pode ser contestada por ninguém. -----

A estabilidade das autarquias tem sido uma constante, ao longo destes anos.-----

Por outro lado, é de referir que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a ANAFRE e os autarcas que compõem estas associações, tudo fizeram no sentido da revogação desta lei, foi fundamental o trabalho destas duas associações. -----

O Partido Comunista Português, não apresentou nenhuma proposta de alteração do sistema eleitoral dos órgãos autárquicos e votou contra todas as propostas que foram apresentadas, por entender que não se deve alterar para pior o que, em geral, funciona bem. -----

-

Queria referir, que em todos os órgãos eleitos durante estes anos, só zero vírgula sete por cento dos órgãos, tiveram que se repetir eleições nestes órgãos autárquicos. ----

-

Por outro lado, queria chamar à atenção do seguinte: -----

Em relação ao Infantário da C.P., uma questão que foi levantada logo no início pelos sindicatos ferroviários, foram os primeiros a levantar esta questão, de referir que este problema não está resolvido, o processo continua como estava, apesar das informações que têm vindo a lume nos órgãos de informação e de algumas forças políticas se terem colocado em bicos de pés para dizerem que o assunto estava resolvido. -----

-

Continua a intenção da C.P. de chutar o Infantário, ou para a Autarquia ou para algumas associações, livrando-se não de um problema, mas sim das suas responsabilidades sociais.-----

--

As grandes empresas e as empresas que têm um desenvolvimento a todos os níveis, também costumam ter um desenvolvimento ao nível social e não enjeitam este tipo de infraestruturas. -----

-

Por outro lado, era só uma chamada de atenção em relação ao quiosque das faturas no Largo José Duarte Coelho, a dona Elvira Maria Lopes Teixeira, dirigiu-se ao Partido Comunista Português e nós comprometemo-nos a trazer este assunto aqui, se bem que desde já entendemos, que é necessário resolver o problema da deslocalização desta infraestrutura para outro lado devido às alterações em termos de intervenção no Largo, no entanto, eu penso, pelos documentos que nos foram fornecidos, a Câmara deve tratar este assunto com outro cuidado, deve tratar este assunto, deve receber a Senhora e fazer uma outra proposta alternativa, que permita salvaguardar os problemas sociais que a Senhora tem e salvaguardar também os problemas dos rendimentos que ela tem ali. -----

A Coligação Democrática Unitária, sempre se preocupou com as questões urbanísticas no Entroncamento e isso advém do rápido crescimento do Entroncamento e portanto, de uma atenção redobrada que nos deve merecer esse crescimento, para não haver de futuro grandes desequilíbrios na sustentabilidade e portanto, passamos a ler uma declaração: -----

-

DECLARAÇÃO -----

- *“Em 27 de Março, após termos tomado conhecimento do que veio a público sobre um projecto de resort e de campo de golfe do “Grupo Mateus”. A Comissão Concelhia do PCP tomou posição pública em que, entre outras considerações, se referia: -----
Que o golfe não pode ser considerado um «desporto de massas» em Portugal, nem em termos de praticantes nem em termos de adeptos, o que ilustra a disparidade entre o*

desenvolvimento dos cidadãos e a proliferação dessas infraestruturas. -----

-

Que esta opção de desenvolvimento, sem reflexo proporcional produtivo ao nível de mais-valias e da criação de emprego, bastante diversa daquelas que são as necessidades nacionais e locais, não satisfaz um modelo de desenvolvimento turístico potenciador das características naturais. -----

-

Que só aceitaríamos uma solução que salvaguardasse aspectos de importância fundamental, a saber: -----

-

- 1. Não sirva para mais um negócio de especulação imobiliária assente no modelo estratégico e único da direita PS e PSD para o Entroncamento; -----*
- 2. Não viole as áreas da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional e as destinadas a “Verde Urbano” e ao futuro parque ambiental de enquadramento da Ribeira Santa Catarina no extremo sul do concelho, defendido pela CDU; -----*
- 3. Deve, ainda, salvaguardar aspectos fundamentais como a proibição de utilização de águas subterrâneas e de águas do Tejo – e a obrigatoriedade de compra das águas das estações de tratamento de águas residuais (ETAR) municipais. -----*

Face à gravidade do que foi aprovado em sede de Plano de Pormenor – Estudo Prévio – apresentado pela TORRESTEJO – Investimentos Imobiliários e Empreendimentos de Hotelaria, na reunião de Câmara de 3 de Março de 2008, concluímos que tudo o que atrás considerámos de salvaguardar, está neste momento posto em causa, pelo que tem a nossa total discordância. -----

-

Mais uma vez o executivo do PSD tomou a posição da defesa dos grandes interesses especulativos em detrimento dos interesses da maioria da população que o elegeu. -----
Por parte do PCP e da CDU, consideramos que ainda há um PDM em vigor, contra o qual vai este projecto de plano de pormenor que foi decidido implementar pela Câmara Municipal. Tudo faremos para que este projecto, com os contornos que se lhe conhecem, não vá por diante. -----

-

Entroncamento, 19 de Abril de 2008. -----

-

Os membros da CDU na Assembleia Municipal de Entroncamento”. -----

-

Foi dada a palavra ao **Senhor Luís Grácio**, que procedeu à leitura da seguinte Moção: -----

--

MOÇÃO -----

-

SAUDAÇÃO AO 1º. DE MAIO – DIA DO TRABALHADOR -----

“O Governo tem vindo a ser “forte com os mais fracos”. Tem sido assim com os baixos aumentos de salários e pensões, nos elevadíssimos níveis de desemprego e precariedade, nos cortes com a protecção social no desemprego, no violento ataque à Segurança Social, ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública. É o Estado Social que está em causa com a governação do Partido Socialista. -----

-

Não bastando os enormes sacrifícios impostos com a obsessão pelo défice, os trabalhadores são agora confrontados com mais uma profunda ofensiva através dos Códigos de Trabalho para o sector privado e para a administração pública central e

local – o novo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas. -----

-

Os despedimentos simplex, a sua liberalização, o alargamento das causas para o despedimento colectivo, a continuação da negação do “tratamento mais favorável” para o trabalhador, a manutenção da precariedade, são algumas das propostas comuns, a que se junta a caducidade das convenções colectivas e a tendência para a individualização das relações laborais. -----

-

***Comemorar o 1º. Maio** é colocar a exigência de políticas de ruptura com as políticas liberais do Código do Trabalho, de aumentos intercalares de salários e de pensões tendo em conta o crescimento da inflação e de regularização de todos os precários da administração pública central e local, integrando-os nos quadros. -----*

-

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, decide saudar as Comemorações do 1º. De Maio e todos os trabalhadores que exercem a sua actividade ou residem no Concelho, bem como as suas organizações representativas e respectivas lutas pelo bem-estar e o progresso social”. -----

-

Continuando, referiu: “Queria acrescentar mais algumas palavras, não relativamente a esta moção que me parece explícita, mas, nomeadamente a duas questões que já foram aqui abordadas, pelo deputado Senhor Ferreira. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** interrompeu o Senhor Luís Grácio, pedindo-lhe que se discutisse primeiro a Moção apresentada e que, seguidamente colocaria as questões. -----

--

Interveio o **Senhor Ferreira Marques**: “ Nós lemos a moção com atenção, entendemos que a efeméride que se comemora com o 1º. de Maio nunca é de mais realça-la, porque foi de facto um marco importante na libertação do trabalho escravo dos trabalhadores, no entanto, este documento está demasiadamente politizado no sentido partidário e não é um documento com uma abrangência que possa levar a todos os trabalhadores, porque há trabalhadores de todas as ideologias políticas e não é por ter esta ou aquela ideologia, que são menos explorados pelos grandes grupos económicos. –

Por conseguinte, estar a deitar para fora, para este documento só alguns, dá a entender que são os militantes do Bloco de Esquerda é que são trabalhadores, todos os outros que estão no mundo do trabalho não o são, por exemplo os trabalhadores socialistas são uns malandros, que querem a liberalização, o despedimentos dos outros trabalhadores, uma lei laboral lesiva para os trabalhadores, no fundo os trabalhadores que são os protagonistas de um processo de melhores condições salariais, melhores condições de emprego, higiene e segurança no trabalho, são só os do Bloco de Esquerda.

Não concordamos com este tipo de atitude, achamos que o 1º. de Maio deve ter uma grande abrangência, recordamos o 1º. de Maio logo a seguir ao 25 de Abril e nós até podemos fazer uma homenagem a esse período, porque trabalhadores são todos os que lutam pela vida para ganhar o seu pão no dia a dia. -----

Isto é importante para os cidadãos e trabalhadores, nós só estávamos dispostos a votar o último parágrafo, se votarmos este último parágrafo nós votamos favoravelmente.” -----

-

O **Senhor Presidente da Assembleia** perguntou ao proponente da Moção se aceitava esta modificação, tendo o mesmo respondido negativamente. -----

-

Prosseguiu a **Senhora Maria Isilda**: “ Embora possa parecer estranha a Bancada do Partido Socialista, penso que aquilo que diz a moção do Bloco de Esquerda, reflecte muito naquilo que sente a população do nosso País, não só as pessoas do Bloco de Esquerda, mas as pessoas do Partido Social Democrata, da Coligação Democrática Unitária, do Partido Socialista, do Partido Popular, as pessoas que não têm cor partidária definida, porque infelizmente a cada dia e com aquilo que tem sido os movimentos de associações sindicais, grupos de trabalhadores, nós temos visto que não é só uma pessoa ou um grupo de pessoas ou um grupo partidário a quererem dar voz à preocupação, à indignação face aquilo que tem sido a evolução política no nosso País nos últimos tempos. -----

--

Portanto, nesse sentido, nós Partido Social Democrata, vamos ao encontro desta moção do Bloco de Esquerda e saudamos o 1º. de Maio nestes mesmos moldes. “ -----

-

Continuou o **Senhor António Ferreira**: “ Já o ano passado tínhamos apresentado uma moção sobre o 1º. de Maio, aceitamos o que está aqui. -----

-

Se o Partido Socialista quiser, eu proponha uma coisa mais simples que era, em vez da governação Partido Socialista, porque não é a governação do Partido Socialista nenhum, seria mais a governação do Partido Socialista mas, entre aspas, penso que seria mais correcto de facto, eu se tivesse escrito esta moção tinha-a colocado desta forma. ----

Em relação às questões que foram levantadas, nós não nos podemos esquecer de algumas questões. -----

-

Antes da manifestação dos professores, que foi uma grande manifestação, houve mais duas manifestações, uma com cento e oitenta mil pessoas, outra com duzentas mil pessoas, houve ontem e anteontem mais uma manifestação com sessenta mil pessoas em Lisboa e cinquenta mil pessoas no Porto e portanto, não são trabalhadores só de uma área política, são muitas áreas políticas e aquilo que vimos na manifestação dos professores é muito sintomático, vimos professores do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Partido Comunista Português, vimos professores apartidários, vimos um leque enorme de todas as tendências políticas nesta manifestação. -----

Sessenta por cento dos professores que participaram nesta manifestação, nunca tinham participado em manifestação nenhuma, é a primeira vez e daí que tenha surgido nos últimos dias, uma preocupação por parte do governo em dar a ideia de que cede, mas não cede, a ideia que cede para ganhar tempo e tentar dividir os professores, como vai tentar dividir os trabalhadores como tem sido a política de dividir os trabalhadores em todas as áreas, lançando grupo de trabalhadores de diferentes actividades, contra grupos de trabalhadores de outras actividades, tem sido uma prática sistemática. -----

É evidente que as pessoas começam a aperceber-se e a unir, nós apoiamos a moção, é evidente que para o Partido Socialista aprovar, penso que, se podia optar por uma destas duas soluções. “-----

-

Pedi a palavra o **Senhor Luís Grácio**: “ Eu peço desculpa, mas vou pedir aos funcionários que dão apoio à Assembleia Municipal, que redistribuam a moção, porque

dá-me a ideia que foi distribuída errada ao Partido Socialista. -----

-

O Partido Socialista fez uma leitura que não consta da moção que nós apresentámos, gostaria se fosse possível, que fizessem nova distribuição porque houve aqui um erro, ou seja, eu não consigo encontrar, pelo menos na moção que nós apresentámos à Mesa, qualquer analogia como sendo os trabalhadores do Partido Socialista uns malandros, como se não houvesse trabalhadores de diversas ideologias, portanto, não consigo entender aonde é que o Partido Socialista foi ler isso, deve ter havido aqui um erro na distribuição da moção.-----

-

De qualquer forma, relativamente ao que já foi aqui observado pelas diversas bancadas, vamos referir que no nosso entender de facto o que se está a passar em relação à situação laboral geral no nosso País, é uma situação bastante gravosa e que afecta toda a gente, aliás, neste momento, tem afectado praticamente todos os sectores começou com a função pública, alguns sectores especiais da função pública como os professores, que têm sido os mais fustigados e de facto, dá-me a ideia que os cem mil professores que se manifestaram contra as políticas do governo na área da educação, muitos deles seriam socialistas e portanto, esses devem-se rever na contestação desta política. -----

-

Relativamente ao código do trabalho, devemos referir, que quando foi aprovado o último código do trabalho, que está hoje em vigor, o Partido Socialista manifestou logo na altura um conjunto de reticências e até de observações negativas, votando contra esse projecto e agora prepara-se para rever ainda mais gravosamente o código do trabalho. ---

-

Portanto, é nesse sentido, que nós apresentamos esta moção, porque consideramos que o 1.º de Maio e a sua comemoração, não é meramente uma comemoração efeméride comemorativa relembrando a luta dos trabalhadores de Chicago, contra as dezasseis horas de trabalho, que tinham na altura e com essa reivindicação passou para oito horas, na luta contra o trabalho de escravo, mas é uma comemoração renovada permanente na luta que os trabalhadores vão mantendo ao longo dos séculos pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida. -----

-

Portanto, consideramos que a moção em si, encerra no fundo, o que se passa hoje no nosso País que é o Partido Socialista, faz muita força com os mais fracos e de facto, essa denúncia tem que ser feita e nós apresentamos esta moção nesse sentido. -----

As sugestões apresentadas pela Coligação Democrática Unitária, em colocar o Partido Socialista entre aspas, eu compreendo a ironia da parte do Senhor Ferreira, mas não me parece que seja plausível fazer a alteração”. -----

-

Prosseguiu o **Senhor Ferreira Marques**: “ Estou pasmado com a posição do Partido Social Democrata, infelizmente para a democracia, está num total desespero, nós vimos o teatro de rua, aquele tipo de teatro à italiana e por conseguinte é uma obra bufa e o que está a acontecer, é que infelizmente para a democracia resulta muito negativo os problemas que estão a acontecer, nós de facto, estamos muito preocupados com a situação que está a acontecer no Partido Social Democrata, achamos que é mau para a democracia, nós que até somos de uma família política muito próxima, defendemos o socialismo democrático e portanto, entendemos que é muito mau quando esse partido tem que se refugiar em documentos da extrema esquerda para poderem sobreviver ideologicamente. -----

-

De facto a situação como ela está, não é muito favorável, não temos visto nos últimos anos, de facto, o Partido Social Democrata apresentar projectos alternativos, políticas alternativas a estas que estão aqui escritas neste documento, os contratos de trabalho, o serviço nacional de saúde, a segurança social, a escola pública, não sabemos qual é a opinião do Partido Social Democrata, para estes sectores, nem para qualquer outro, limitam-se a deitar uns foguetes, vão a correr e apanham as canas e fazem a festa toda, mas propostas concretas, para mostrar às pessoas para dizer “nós se formos poder as políticas vão ser estas”, o que está a ser atacado neste documento, não é nada mais nada menos, do que toda a gente já sabia, isto faz parte das políticas eleitorais do Partido Socialista, não foi engano nenhum, o povo português deu a maioria absoluta ao Partido Socialista para executar estas políticas. -----

-

Em relação a outra questão que quero focar, é a questão da manifestação dos professores, sabem que houve agora um acordo ou um pré-acordo entre o ministério a FENPROF e os sindicatos, mas também sabem, que os dirigentes sindicais exigiram, para darem o acordo tivessem uma série de regalias.” -----

Prosseguiu a **Senhora Maria Isilda:** “ Não era suposto discutir outro tipo de coisas com o Partido Socialista, para falar desta moção mas, tomo nota de que está preocupado com o Partido Social Democrata, de que nos analisa com aquelas coisas todas que disse, mas, lembro-lhe que de facto, o povo português votou no Partido Socialista, não deve ter lido o programa de governo do Partido Socialista, porque não votou neste Partido Socialista, votou provavelmente num Partido Socialista mais preocupado com as pessoas, que tratasse menos mal os trabalhadores, tratasse menos mal as classes que tem atacado de forma quase ignóbil ao longo destes tempos. -----

-

O povo português e os professores, de certeza que não votaram neste Partido Socialista e se o governo negociou com a FENPROF os sindicatos alguma benesses para os sindicatos e que se calhar, muitos de nós acreditam que tenha sido, não sei se isso é muito socialista, é mais uma forma de fazer política, que para alguns que estão nessa bancada, como para alguns que estão deste lado, se calhar, não fazia parte do trabalho de um partido democrático, que nós pensamos sério e a trabalhar para todos e não apenas para pequenos grupos. -----

-

Relativamente ao resto das considerações, não me cabe a mim apresentar aqui propostas, que são apresentadas a nível nacional e como nós sabemos e os senhores também sabem, mesmo aquelas que são apresentadas não passam na comunicação social em Lisboa em especial há um grande controle da comunicação social, ou pelo menos, o governo ainda está em estado de graça em muitas circunstâncias para a comunicação social e portanto, uma do Partido Social Democrata dá segundos e para o governo dá cinco minutos e portanto, não vale a pena estarmos a discutir aqui o que é apresentado ou o que não é apresentado, porque de facto tem havido uma grande capacidade de passar informação da parte do governo, tem havido uma estratégia de comunicação fabulosa, muito mais estratégica de comunicação do que trabalho propriamente a pensar nas pessoas. “-----

Interviu o **Senhor António Ferreira:** “ Começaria por este ataque à FENPROF, será que estas regalias são os sindicatos serem ouvidos em certas matérias, que tem a ver com aquilo que foi a luta, são estas as regalias, se assim é, também são para os trabalhadores e mais trabalho para os dirigentes sindicais. -----

Em relação à questão do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata, ser melhor ou pior nas questões sociais, uma coisa é certa, o Partido Social Democrata não foi tão longe no ataque aos interesses sociais do povo português, como está a ser neste momento o ataque que está a ser promovido pelo Partido Socialista, que apesar de alguns problemas que tem, continua a ter o apoio por parte da direita e sobre tudo da direita do grande capital, sei que não gostam como socialistas, esta palavra já foi erradicada do vocabulário socialista, mas o capital em Portugal tem sempre apoiado uma ou outra força política, neste momento estão plenamente satisfeitos com a execução que está a levar para a frente o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, repito, nunca foi tão longe, não quer dizer que tenha sido benéfica na actuação do Partido Social Democrata e fomos contra ela também. -----

-

Em relação a esta coisa de não alteramos nada no texto, é isto que nos deferência muitas vezes entre o Bloco de Esquerda e a Coligação Democrática Unitária, é que nós, não estamos aqui para dar nas vistas, estamos aqui muitas vezes para arranjar consensos, porque reconhecemos que dentro do Partido Socialista, há gente que está de acordo com a política e há gente que não está de acordo com essa política, mesmo dizendo às vezes, que está de acordo, participam em manifestações de professores, participam em outras lutas. -----

--

Portanto, não devemos ser tão rígidos nestas questões, nos textos que apresentamos por vezes e tentar arranjar consensos com insatisfeitos noutras bancadas.”

-

Continuou o **Senhor Luís Grácio**: “ Pelo que me apercebi há pouco, a Coligação Democrática Unitária, proponha que se colocasse o Partido Socialista entre aspas, nós não temos nada a obstar.” -----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a moção. -----

--

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

-

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo com nove votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do representante da Junta de Freguesia de São João Baptista e cinco abstenções do Partido Socialista. -----

Pediu a palavra a **Senhora Maria Isilda** que referiu: “ Relativamente a esta declaração da Coligação Democrática Unitária, eventualmente está-me aqui a falhar qualquer coisa, mas, aquilo que me dado a saber é que este projecto se vai concretizar na área dos concelhos da Golegã e da Barquinha, nomeadamente o que é referido na declaração que nos é presente, portanto, se calhar não faz muito sentido quando estamos a falar em relação ao Entroncamento, esta declaração nestes moldes, corrigem-me se estiver errado.”-----

-

Prosseguiu o **Senhor António Ferreira**: “ De facto o actual PDM não permite aquilo que se pretende fazer em termos do *resort*, do complexo que está em estudo, tudo está em estudo ainda, penso que é assim, no entanto corrigem-me se estou a dizer uma

inverdade, por aquilo que eu vi disto, é assim. -----

-

Pretende-se fazer um Plano de Pormenor e o Plano de Pormenor arranca ao mesmo tempo com a revisão do Plano Director Municipal, porque o actual PDM não permite que se execute este Plano de Pormenor no território do Entroncamento, eu sei que abrange outros concelhos, mas eu só me refiro às questões do nosso concelho, agora, a preocupação básica que está aqui, tem a ver com o actual PDM a defesa daquilo que está previsto no nosso PDM e não deixar que o PDM, seja alterado para retirar aquela área de verde urbano e haver mais uma área urbanizada. -----

-

Conforme diz aqui, a Coligação Democrática Unitária há muito que tem defendido que aquela zona junto à Ribeira de Santa Catarina a sul do concelho, seja reservada para um parque ambiental, não nas dimensões que tem o parque do Bonito, mas noutras dimensões até para equilibrar um pouco o que existe em termos ambientais no Entroncamento. -----

-

Podem-nos faltar alguns elementos, até porque os dados que são fornecidos pela acta, nós baseamo-nos nesses dados, podem-nos faltar as fotografias, os mapas e outras coisas, mas, baseamo-nos naquilo que está na acta da Câmara e em que nos baseamos nesta declaração. “ -----

-

Interveio a **Senhora Maria Isilda:**” Sugiro que recolham outro tipo de informação e que esta matéria possa ser abordada para outro dia, porque facto, esta declaração não será a mais correcta e também não me cabe a mim neste momento estar a fazer o papel do executivo ao nível de informação, também não tenho a informação toda, mas de facto, há uma parte muito significativa do que é a vossa preocupação, que tem a ver com concelhos que não são o nosso. “ -----

-

Continuou o **Senhor António Ferreira:** “ A Coligação Democrática Unitária tem a posição dela tomada, desde já pedimos para consultar toda a matéria que esteja disponível em termos de Câmara, que nunca nos foi negada a consulta de documentos e se tivermos alguma coisa a alterar ao texto que está aqui, nós alteramos já na próxima sessão e se cometermos algum erro, também sabemos dar a mão à palmatória.” -----

-

O **Senhor Ferreira Marques** referiu: “ Há aqui uma questão que não sei se é possível dinamizá-la no Entroncamento, se fosse, estavam ultrapassados estes problemas, que era a Câmara tentar criar uma escola de golfe, criar um desporto de massas, toda a gente a praticar golfe e este considerando estava ultrapassado. -----

Senhor António Ferreira, quero-lhe dizer que os dirigentes da União Soviética também jogavam golfe, aliás, era um dos desportos favoritos deles, é pena porque era só um grupinho, não era um desporto de massas, agora em Cuba toda a gente já vai comprar telemóveis, começa a ser um telemóvel de massas.” -----

-

Pediu a palavra o **Senhor Pato das Neves** que referiu: “ Realizou-se ontem uma justíssima homenagem ao Doutor Mora Leitão, eu aqui nesta Assembleia, de certeza que sou a pessoa que conheço o Doutor Mora Leitão há mais anos, desde os tempos da universidade de Coimbra e portanto, estou particularmente à vontade não só por considerar a homenagem justa e também oportuna. -----

-

Aquilo que me pareceu perfeitamente desadequado, uma vez que a homenagem teve como patrocinadores e bem, a Câmara Municipal as Juntas de Freguesia, foi a intervenção, quer do Senhor Presidente da Câmara, quer da Doutora Paula Carloto, estava à espera que a Doutora Isilda também falasse, mas não aconteceu, é que as intervenções foi coincidentes. -----

Eu nunca pensei ir a um comício do Partido Social Democrata e ainda por cima a pagar bilhete, era uma coisa para mim inacreditável e portanto agradecia que no futuro isto não se repetisse.” -----

-

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, interrompeu o Senhor Pato das Neves para referir: “ Não sei se o Senhor Deputado se apercebeu, é triste, a organização nada teve a ver com a Câmara, nem com a Assembleia, foi uma organização independente que convidou quem entendeu para falar. -----

-

Portanto, essa intervenção parece-me um pouco desadequada, mas por favor continue.” -----

--

Continuou o **Senhor Pato das Neves**. “ Remeto para as actas da Câmara e vejo que a Câmara patrocinou essa homenagem, se não vê as actas é melhor vê-las. -----

Patrocinasse ou não, aquilo que é inaceitável, é, eu ter assistido na fase inicial a um comício do Partido Social Democrata, não posso aceitar uma coisa dessas e portanto ainda por cima fui obrigado a ir a um comício do Partido Social Democrata, pagar bilhete e portanto, protesto veementemente contra aquilo que se passou ontem. “ -----

Prossigui a **Senhora Maria Isilda**: “ Não era suposto ser um comício do Partido Social Democrata e lamento profundamente que a análise final daquela festa, que foi uma justa homenagem ao Doutor Mora Leitão, seja da sua parte, feita nesses moldes, é só o que tenho a dizer. “-----

-

O **Senhor Luís Grácio** referiu: “ Relativamente às questões que estão sobre a mesa, nomeadamente a questão da declaração da Coligação Democrática Unitária, é de referir que o Bloco de Esquerda votou contra o projecto que foi apresentado na Câmara, e também, fundamentalmente, pelas razões que se prendem com o ponto dois, que tem a ver com a Reserva Agrícola Nacional e com a Reserva Ecológica, sobre isso nós vamos estar atentos, como é nosso dever e portanto, não iremos permitir que essa situação prossiga sem ter a devida contestação. -----

-

Relativamente a uma questão que eu queria referir, tem a ver com a decisão recente da Assembleia da República, rejeitar as alterações à Lei Eleitoral, com a qual nós nos congratulamos e devemos referir que de facto, um pouco de bom senso nunca fica mal a ninguém e parece que da parte do Partido Social Democrata houve uma atitude de recuo e de reconsideração em relação às críticas que eram feitas, as alterações propostas e acordadas pelos dois principais partidos com assento na Assembleia da Republica e nesse aspecto, com esta recusa e rejeição das alterações, nós congratulamo-nos e estamos crentes que o futuro do poder local saiu reforçado com esta recusa. -----

Evidentemente que poderia haver alterações em sede de correcção a fazer, nomeadamente nas prorrogativas das Assembleias Municipais, que poderiam ser reforçadas, mas, não foi oportuno e ficará para outra altura. “ -----

Continuou o **Senhor António Ferreira**: “ Em relação à homenagem que foi feita ao Doutor Mora Leitão, nós estávamos reunidos na nossa sede e empenhamos um dos nossos militantes, o Engenheiro Silva Neves, no sentido de ler uma pequena mensagem, ou se não pudesse ler a mensagem, transmitisse essa mensagem directamente ao Doutor Mora Leitão. -----
-

Em relação às questões que têm a ver com a politização de eventos, na área do Partido Social Democrata nunca tinha visto, mas, admito perfeitamente, já tinha visto noutras áreas políticas, mas julgo que têm a ver essencialmente com os amigos mais próximos do Doutor Mora Leitão, não nos afecta muito, aliás, os bilhetes estiveram à venda para as pessoas, quem se chegou primeiro aos bilhetes foram da área do Partido Social Democrata, é evidente que se calhar, transformaram aquilo um pouco num comício, mas, o essencial da iniciativa, nós prezamos muito aquilo que é e aquilo que foi o Doutor Mora Leitão. -----
--

Não nos esquecemos de algumas atitudes que o Doutor Mora Leitão teve em tempo, contra tudo e contra todos, quando foi o despedimento de uma série de trabalhadores na EMEF e eu assisti e marcou-me bastante, em que ele, mesmo contra alguns elementos do seu partido tomou uma posição diferente, porque os trabalhadores que lá estavam eram seus utentes e conhecia a vida deles.” -----

Pediu a palavra o **Senhor Pato das Neves**: “ Queria apenas dizer e respondendo à Doutora Isilda, que considero uma homenagem justíssima, se ela foi desvirtuada nas duas intervenções iniciais, podia-se ter resumido ao elogio da pessoa, sem se ter falado nos companheiros, ainda por cima nos nomes dos companheiros entre os quais o Presidente da Assembleia em exercício, como pessoas extraordinárias. -----

Acho que é inacreditável, o que se passou com as duas primeiras intervenções, claro que as opiniões são diferentes. -----
-

Quanto à homenagem ao Doutor Mora Leitão, justíssima, oportuna e por isso lá estive presente, de outra maneira não estava, se soubesse o que se tinha passado não estaria. “ -----
-

Continuou o **Senhor Ferreira Marques**: “ Tenho aqui uma sondagem que diz que o povo português, quarenta e um por cento votava no Partido Socialista, o Bloco de Esquerda também subiu, o Partido Comunista Português mantém, o Partido Social Democrata desceu e disse: “ -----
-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao público presente. Atendendo a que ninguém do público pedisse a palavra, entrou-se de imediato no primeiro ponto da ordem dos trabalhos: -----

ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM-----

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2007 DO MUNICIPIO DO ENTRONCAMENTO-----

Pediu a palavra a **Senhora Isabel Maia**, que leu a seguinte declaração: -----

DECLARAÇÃO

-
A acção do Executivo Municipal do Entroncamento, à semelhança do Governo, tem sido contrária aos legítimos direitos e aspirações das populações, ignorando as propostas da CDU, que visam dar respostas às necessidades fundamentais da população, especialmente no que respeita à construção de equipamentos de interesse social e a diminuição do peso do fisco que incide sobre os rendimentos das famílias. -----

-
O Centro de Dia Intergeracional da Zona Sul, a Biblioteca, o alargamento do Centro de Saúde, a nova esquadra da PSP, a ETAR, o Plano Director de Saneamento básico, os colectores estruturantes de águas residuais e pluviais, e respectiva separação, o saneamento dos Casais Formigos e Ferreira Mesquita passam de ano para ano, ciclovias internas, ciclovias e percursos pedestres de ligação ao Tejo e aos outros concelhos, a recuperação e valorização do património arquitectónico, histórico e ambiental, a intervenção nos espaços verdes e nos parques infantis continuam por concretizar quer por falta de pressão sobre os sucessivos Governos PSD e PS quer por falta de empenho de todo o executivo. -----

-
Assim sendo continuam ignoradas as propostas da CDU, mas também e sobretudo por cumprir parte das promessas eleitorais do PSD em muitas áreas. -----

-
A insensibilidade social do PSD e do executivo municipal é agora, e mais uma vez, evidenciada na sua política, com o IMI – Imposto Municipal de Imóveis (antiga contribuição autárquica) aplicada na taxa máxima. O volume de IMI cobrado passou em 10 anos de 606 mil euros para 2.023 mil euros (334%). O argumento apresentado durante muito tempo de que este imposto tinha de compensar a perda de receitas do IMT – Imposto Municipal sobre Transacções, não é justificação pois esse imposto teve uma subida de 224% para o mesmo período dos 10 anos. -----

Mas não só. A oposição preocupa-se com os «tostões» gastos nas festas da cidade e no alcatrão espalhado em abundância (para nós necessário), mas não diz nada quanto à aplicação do «princípio de utilizador pagador» à cultura – passando esta a ser gerida pelo executivo de forma elitista e classicista, com o consequente rombo na carteira das famílias e o fim do princípio constitucional do acesso universal à cultural. -----

-
Nestes e noutros pontos da política social este executivo pauta-se pela ausência, (veja-se o orçamentado e o executado) e por medidas anti-populares numa altura de crescentes necessidades causadas pelo aprofundamento da crise nacional e internacional. -----

-
Verifica-se ainda um boom nas receitas dos loteamentos e obras e nas taxas de urbanização em contra-ciclo com o que se passa no País e no Mundo. Mas cuidado que estas receitas não estão a ter o destino mais correcto e eficiente, ou seja, o investimento em infraestruturas que suportem o aumento da pressão urbanística, a ocupação e impermeabilização dos solos, a necessidade de espaços de fruição da natureza repartidos de forma uniforme pelo concelho. -----

-
Essas receitas suportam em demasia a despesa corrente e os compromissos do passado, o que se irá reflectir em futuras carências estruturais (ou seja na deterioração da

qualidade de vida). -----

--

A taxa de execução de investimento foi apreciável, em percentagem, não em volume que ficou abaixo do exercício contabilístico 2006 (que já foi mau) e serviu fundamentalmente para pagar facturas de obras realizadas em anos anteriores. Grande parte do excepcional aumento das receitas recaiu sobre as famílias. Os investimentos quer através dos fundos comunitários quer, ainda, através dos contratos-programa diminuíram drasticamente – o País paralisou-hibernou comprometendo o desenvolvimento das regiões e aumentando as assimetrias regionais. -----

O executivo camarário poderia ter ido mais longe na contenção da despesa corrente, cortando por exemplo na despesa excessiva com a externalização de serviços como o gabinete de advogados, feitura de propaganda sob forma de boletim falho de contraditório, etc..., cartazes pré-campanha a anunciar obras (de” amanhã cantantes”), ou ainda no apoio de desporto elitista (eventos automobilísticos)...-----

Embora a CDU reconheça os bons resultados financeiros, sobretudo na área das receitas que ultrapassaram em muito o orçamentado, em parte devido ao sacrifício do contribuinte, certamente fariamos diferente no interesse da população. As nossas prioridades seriam outras! Por isso votamos logicamente em conformidade com as nossas convicções – contra. -----

-

Prosseguiu o **Senhor Manuel Mesquita**: “ Sobre este documento o Partido Socialista refere o seguinte: -----

--

Verifica-se que o valor da receita referente ao IMT atingiu um valor extraordinariamente elevado 2 143 402 euros, muito superior ao previsto ou alguma vez obtido. -----

--

Também a receita dos impostos indirectos, nomeadamente a referente a loteamentos e obras e taxas de urbanização, registou um valor muito significativo, 2 358 687 euros e muito superior ao previsto, 1 107 500 euros. -----

-

O valor do IMI registou um aumento tal como se tem verificado nos últimos anos.

Verifica-se pois que o valor das receitas correntes atingiu um valor superior ao previsto em, 26,40%. -----

-

Já as receitas de capital atingiram um valor muito inferior ao previsto, apenas 29, 57 % do previsto e com um valor global de 3 166 421, 80 euros. -----

-

Isto apesar de ter sido vendido um terreno que se supunha destinado a uma escola e num ano em que a Câmara aprovou uma Carta Educativa onde realçava a necessidade de construção de novas escolas. -----

-

Olhamos com alguma preocupação para a verba referente à derrama que quanto a nós reflecte o pouco dinamismo da actividade económica no concelho. -----

O Entroncamento era há poucos anos uma referência a nível comercial na região.-----

-

Verificamos que o protagonismo que detinha se tem vindo a perder de uma forma muito acelerada. -----

Ao analisarmos a relação de obras previstas, no valor de 9 871 042 euros verificamos que apenas foram concretizadas 50% do previsto isto apesar do saldo positivo da receita corrente em relação à despesa no valor de 3 582 416 euros. -----

Verifica-se também que de um total de 4 006 014 euros de investimento 1 644 794 euros, cerca de 40 % se referem ao pagamento de trabalhos já realizados em anos anteriores. -----

-

Mais uma vez a execução das actividades ficou muito aquém do previsto. -----

Caso não se tivesse verificado o extraordinário aumento das receitas correntes de 2006 para 2007 no valor de 3 483 633 euros, o que possibilitou o pagamento de despesas de capital, o nível de concretização dos investimentos atingiria um valor irrisório. -----

-

Atendendo a que grande parte do aumento verificado na receita se deve como já atrás foi dito ao aumento extraordinário no IMT e nas taxas de loteamentos e obras mas cujos valores não se espera se repitam de forma consistente entendemos que a gestão desta Câmara se tornará ainda mais difícil num futuro muito próximo. -----

A manterem-se os valores normais das receitas geradas não será possível a amortização da dívida de longo prazo ou a concretização de novos e necessários investimentos, o que nos parece preocupante. -----

-

Não podemos deixar de manifestar preocupação pelo facto de as despesas correntes terem aumentado de 2006 para 2007 em quase 9% ou seja um valor muito acima da inflação. -----

-

Pelo que foi dito, o Partido Socialista irá votar contra este documento”. -----

Continuou o **Senhor Luís Grácio** que referiu: “ Numa sintética observação das contas de 2007, podemos concluir que o aumento de cerca de 56% das receitas correntes directamente decorrentes das acções da autarquia estamos a falar de impostos directos e indirectos e neste particular de receitas de loteamentos e obras teriam permitido uma outra política recoleitora de impostos mais sensível socialmente atendendo à sobre carga fiscal a que a população do Entroncamento está exposta. -----

-

O que o Partido Social Democrata acusa ao governo central de fazer, ou seja, resolver o problema do défice das contas publicas com o aumento de impostos, é o que pratica no Entroncamento. -----

-

Fica demonstrado que a proposta do Bloco de Esquerda, em sede de orçamento, de diminuição dos valores das taxas de IMI era acertada, que era possível baixar aquele imposto e desonerar as famílias, sai caro viver no Entroncamento. -----

O significativo aumento da receita na cobrança do IMT e dos impostos indirectos nomeadamente a receita que provém de obras e loteamentos e da taxa de urbanização, demonstram que o sector do imobiliário reconheceu como considerável desenvolvimento do ano transacto, sem que se tenha traduzido em manifesta alteração da qualidade de vida proporcionada aos nossos concidadãos mormente na requalificação urbanística e na exigência de padrões de qualidade que alterem o estado caótico em que se encontra o urbanismo no Entroncamento, apesar das promessas sempre renovadas nas campanhas eleitorais. -----

-

Também nesta área a gestão do Município do Entroncamento, continua submetida aos interesses mais especulativos do sector do imobiliário e da construção civil, também neste aspecto não nos revemos no orçamento, nos seus resultados, não seriam certo estas contas, se fôssemos nós a dirigir os destinos do município. -----

Para a análise das despesas podemos constatar, a contenção ao nível do investimento e a criação de bases para o desenvolvimento de diversos projectos, somente se concluiu o Jardim de Infância Norte, ainda mexem as obras de remodelação dos Paços do Concelho e das instalações do departamento urbanismo e obras municipais, é pouco, muito pouco para quem tanto exige aos seus munícipes. -----

-

Os munícipes têm visto ser adiados os investimentos indispensáveis, como por exemplo a pavimentação de ruas, planeada e orçamentada para 2007, mas não foi realizada, transitando para o plano de 2008 levando a uma concentração de trabalhos, que nos levou a considerar esse plano, o plano do alcatrão, todos percebemos porquê, há que mostrar obra em véspera de ano eleitoral. -----

-

Apesar de votada por unanimidade a recuperação do Bairro Frederico Ulrich, está por realizar e ainda podemos acrescentar: A reabilitação do Parque da Liberdade, a nova Biblioteca, a Casa da Juventude, o Centro de Dia da Zona Sul, o alargamento da rede de Transportes Urbanos que estava orçamentada e não se realizou e agora que os estudos estão concluídos, esperamos que esteja para breve a sua conclusão, a inadiável ETAR penalizando as populações, tanto nos é exigido, nomeadamente em matéria fiscal e traduz-se em tão pouco, quando se trata da justa retribuição dos indicadores da qualidade de vida ao dispor dos cidadãos. -----

Tantos sacrifícios para tão pouco, só podem contar com a nossa óbvia rejeição, por isso, iremos votar contra.” -----

-

A **Senhora Maria Isilda** referiu: “ Ouvi atentamente as intervenções anteriores, verificámos que recolheram com alguma correcção muita da informação que nos foi facultada, embora, obviamente, a análise de cada uma das bancadas não seja a mesma. --

-

Gostava de referir, que os 26,4% do aumento das receitas correntes do exercício económico, permitiram a consolidação das contas, permitiram por exemplo que, haja uma redução de prazo no pagamento a fornecedores, que é uma coisa muito importante para aqueles que fornecem o município e que, muitas vezes estão demasiado tempo à espera de ver o pagamento dos bens fornecidos. -----

-

Não tendo sido possível a realização do investimento que se desejava, nomeadamente por força da não regulamentação do QREN em tempo, houve da parte do executivo uma preocupação de preparação e lançamento de obras, que possam vir a serem apoiadas, tanto no final do exercício económico em análise, como no exercício corrente, isto é, há cerca de um milhão e meio de contos de obras lançadas, que esperemos que possam ser apoiadas de modo a que, haja alguma mais valia deste quadro comunitário para o trabalho e o esforço desenvolvido pelo município, na preparação do QREN. -----

-

Apesar de limitações impostas nomeadamente pelo atraso do quadro comunitário e de muitas dificuldades que têm acontecido porque a situação económica não é favorável e portanto, todos nós sentimos as dificuldades e o município também o sentem,

gostava de referir que a despesa per capita realizada com os munícipes, pelo município foi muito próximo do investimento realizado com as pessoas em dois mil e dois, portanto, num tempo em que, a perspectiva não era tão desfavorável. -----

- Foi ainda possível reduzir a dívida do município, tanto no curto, como no médio longo prazo. -----

- Foi possível cumprir as regras a que o município se quis comprometer, no que respeita às despesas com o pessoal, porque são regras impostas, mas que, caso não sejam cumpridas seríamos penalizados financeiramente com as transferências do poder central, isso não aconteceu, pelo contrário, cumpriram-se as normas e foi possível também, no fim do ano civil termos menos quatro funcionários ao serviço da autarquia, por aposentações, por terminarem o contrato perfeitamente normais, portanto, ao contrario do que muitas vezes são as acusações que encontramos por esses municípios fora, não houve aumento de pessoal. -----

- Foi possível também, cumprir para todas as associações do concelho os compromissos do município, isto é, todos os apoios foram cumpridos em tempo e podemos até referir que, em trinta e um de Março de dois mil e oito, todas as associações tinham as contas com o município em dia. -----

- É possível olhar para uma proposta de aplicação dos resultados do exercício que nos foi facultado e é obrigatória em termos de documentos para esta assembleia e que nos diz qualquer coisa como: que os remanescentes 95% no montante de 5 369 739.96 euros, sejam aplicados em reforço do património, não sei quando é que tivemos um resultado líquido do exercício desta monta. -----

- Era uma nota que gostava de deixar aqui.” -----

- Pediu a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Ficou patente na nossa declaração o que é que pensávamos do exercício contabilístico de dois mil e sete, no entanto, queria chamar à atenção do seguinte: -----

-- De facto, foi excepcional em termos de receitas, porque em contra-ciclo com o resto do País e com o resto do Mundo, nós em termos de receitas urbanísticas as receitas dispararam literalmente, como em IMT, como em taxas urbanísticas e licenciamentos. ---

Portanto, penso que poderíamos ter ido um bocadinho mais longe na diminuição da dívida e grande parte dos municípios portugueses conseguiram essa diminuição da dívida, hoje em dia, os municípios não contribuem para o défice do estado, o que é muito bom, porque fizeram um esforço enorme em termos de diminuição de dívida. -----

- Reparei, de facto, que houve uma diminuição de dívida, se calhar poderia ter-se ido um bocadinho mais longe do que isso. -----

- Em relação à execução orçamental em termos do investimento do capital, foi das taxas mais elevadas nos últimos anos, é de salientar isto, embora, em termos absolutos foi menor do que no ano anterior, nós na nossa declaração dizemos porquê, tem a ver essencialmente com os atrasos que tem havido em termos de acesso ao fundos comunitários e não só, há uma outra questão que também é muito importante, está-se a criar na política portuguesa este aspecto muito negativo, quem está no poder, ou as

autarquias que são da cor do poder, tem direito aos contratos de programa, quem não tem os seus no governo, não tem direito a contrato de programa. -----

-

Nós tivemos contrato de programa no nosso município, quando o Partido Socialista esteve no governo, alguns bastante benéficos, mas agora estamos a pagar as favas e isto, por um lado pode parecer benéfico, mas, a longo prazo é extremamente negativo, porque os concelhos não podem programar de uma forma correcta os seus investimentos e tem que estar a mendigar e à espera do que vem lá de cima. -----

-

Quando há contrato de programa assinados por exemplo, com o governo do Partido Social Democrata e agora temos um governo do Partido Socialista e temos uma Câmara do Partido Social Democrata, muitas vezes, os dinheiros são atrasados deliberadamente, portanto, isso não é um sistema benéfico para as autarquias. -----

Nós nunca fomos governo, apesar de defendermos uma solução como a do Chipre, o Chipre também dizia que nunca era e neste momento tem órgãos onde estão os comunistas nesses órgãos, portanto, o nunca sermos, o Mundo dá muita cambalhotas e não se preocupem, que não vamos por caminhos que já outros passaram.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um à votação. -----

-

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um, Prestação de Contas – Exercício Económico de 2007 do Município do Entroncamento, foi aprovado por maioria, com onze votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do representante da Junta de Freguesia de São João Baptista e dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

-

Entrou-se de imediato no ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

--

RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 29-12-07 - PARCELA DE TERRENO SITA NA ZONA INDUSTRIAL 1ª. FASE, COM A ÁREA DE 8.168,60 m2, É A RETIRAR DA ÁREA SOBRANTE (DOMINIO PÚBLICO), ÁREA DE 78.612,260m2 -----

Interveio o **Senhor António Ferreira**: “ Normalmente nós votaríamos favoravelmente na alteração àquilo que tinha sido deliberado anteriormente, mas a situação é tão grave que não o vamos fazer, aliás, até pensámos que este documento ao vir aqui, tivesse sido por um motivo de reflexão e se pudesse dar a volta à situação que foi criada. -----

--

Nós votamos contra, consideramos que é um processo de branqueamento de uma ilegalidade que foi cometida na apropriação repetida na usurpação destes terrenos. -----

-

As pessoas instalaram-se nos terrenos, ocuparam esses terrenos que eram públicos como se fossem deles, não tiveram nenhuma punição por parte do executivo, este assunto veio à reunião do executivo no passado e o executivo do passado votou contra este processo, nada foi alterado em relação a essa altura para além de um levantamento e que, demonstrou de facto, que havia uma ilegalidade. -----

Nós também não pretendemos que não se resolva a ilegalidade, mas primeiro puna-se quem se apropriou da coisa pública e depois resolva-se o problema, passe aquilo para domínio privado da Câmara, mas numa primeira fase, havia que haver alguma justiça que servir-se de exemplo para outras situações, o que estamos a fazer neste momento, é dar um mau exemplo a que outros façam a mesma coisa em situações semelhantes. “ -----

-

Continuou o **Senhor Luís Grácio**: “ Tinha a ideia, posso estar induzido em erro, mas quem prevaricou a ocupação do espaço público que estava previsto para a colocação de uma via férrea de inter-ligação, entre a zona industrial e os caminhos de ferro, que teria sido devidamente punido com as coimas respectivas, tenho essa ideia, gostaria se eventualmente houvesse condições, fosse esclarecido sobre isso. -----

Todavia, é de referir que o nosso ponto de vista, independentemente de estarmos contra a utilização indevida do espaço público, há que dar uma solução à situação e portanto, manifestamos o nosso desagrado pela situação criada, mas para além de exigirmos que sejam efectuadas as respectivas penalizações e as respectivas coimas, entendemos que se deve dar uma solução à questão e portanto, vamos votar favoravelmente a correcção. “ -----

-

Prosseguiu a **Senhora Maria Isilda**: “ Quando vi este documento, pensava que ele iria apenas só, uma proposta de correcção de uma deliberação que nós tínhamos tomado aqui e apenas uma questão de forma, isto é exactamente o que eu penso, independentemente de podermos tentar obter alguma informação complementar ou não, agora a nossa decisão já foi tomada nesta Assembleia. -----

-

Portanto, aquilo que nos é solicitado é para corrigirmos o português daquilo que foi a deliberação para que fique conforme a terminologia que deve seguir para o registo correcto, penso que é apenas e só isso.”-----

-

O **Senhor Ferreira Marques** referiu: “ Entendemos que de facto houve aqui algumas incorrecção na organização deste processo. -----

-

Pensamos também, que isto só chegou a estes termos porque deve ter havido algum descuido dos órgãos que deviam fiscalizar estas coisas. -----

-

Em relação à opinião do Partido Comunista, quero-vos dizer que estou a achar muito estranho estarem preocupados com ocupações, é quer eu já tive preocupado com ocupações noutros tempos, mas enfim, a história é uma coisa terrível e as coisas repetem-se de uma forma helicoidal. -----

-

Gostávamos de saber da informação, qual o preço do metro quadrado que foi estabelecido para os adquirentes do terrenos. -----

-

Nós de qualquer das maneiras, não temos nada a opor e vamos votar favorável. -
Pedi a palavra o **Senhor António Ferreira** que referiu: “ Nós é que temos uma pedra no sapato. “ -----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

-

O ponto número dois “Rectificação da Deliberação de 29-12-07 – Parcela de Terreno sita na Zona Industrial 1ª Fase, com a área de 8.168,60 m2 é a retirar da área sobranter (domínio Público), área de 78.612,260 m2”, foi aprovado por maioria com dezanove votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, 5 votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do representante da Junta de Freguesia de São João Baptista e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrou-se de seguida no ponto número três. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO -----

-

Interveio o **Senhor António Ferreira**. “ Geralmente leio o documento não de ponta a ponta, mas leio parte do documento daquilo que me interessa mais, desta vez não tive muito tempo, coincidiu com a nossa assembleia de organização regional, que foi hoje e também não nos foi entregue com muita antecedência o documento, quer dizer, foi dentro dos prazos mais que legais, mas costuma ser um bocadinho com mais antecedência, mas desta vez não foi, não me estou a desculpar por isso. -----

-

Em relação ao Museu Nacional Ferroviário, já há muitos anos que não havia relatório nenhum, pela primeira vez e em muitos anos tive acesso a um desses relatórios, foram feitos alguns investimentos, era necessário fazer muito mais do que aquilo que está, apercebi-me também que algumas empresas que estão na Fundação, ainda não fizeram face aos seus compromissos, pelo menos, naquilo que estava até à data em que foi feito o relatório. -----

-

Por outro lado, agradei-me o tipo de iniciativa que está a ser feita no âmbito da Fundação e espero que, muito em breve tenhamos a redoma ou redonda, não sei exactamente o nome, mas penso que é redonda, em funcionamento. -----

Em relação a este documento, penso que todos nós que estamos na Assembleia, devemos ler parte dos documentos que vêm aqui. -----

Reparei que nas últimas assembleias, nós não damos grande importância a este documento, sobretudo na altura em que estamos a aprovar os orçamentos para o ano a seguir e já ouvi muitas vezes a dizer por parte de alguns deputados, que a Câmara não nos entrega a documentação necessária, para nós avaliarmos a execução deste ano, quando no próprio dia são apresentadas as contas até ao mês de Setembro. Nessa altura da aprovação dos orçamentos, geralmente também vem a informação do Presidente, até aos finais do mês de Setembro, o que já nos dá uma orientação em termos de evolução de IMI e em termos de evolução de outras receitas, daí, que muitas vezes, nós baseados nessa evolução de receitas, por exemplo de IMI, chamado à atenção para que as receitas estavam a ser muito superiores ao ano anterior e que era necessário aliviar a carga fiscal sobre as famílias, devido à informação que estava presente na altura. “ -----

-

Continuou a **Senhora Maria Isilda**: “ Não vou falar do que vem escrito na informação do Senhor Presidente da Câmara, mas vou-me referir à actividade que penso, foi significativa, de uma forma de intervenção diferente, na área de educação e cultura

do nosso concelho, em que, a Câmara Municipal em parceria com algumas entidades nomeadamente o ECRI, a Polícia Judiciária, a Fundação RCCN, a Escola Secundária, o Agrupamento de Escolas, realizaram uma actividade dirigida à segurança na Internet, que é algo que nos deve preocupar-nos a todos, não é só aos professores, mas acima de tudo aos pais, às famílias porque como alguém dizia, muitas vezes os disparates não são feitos na escola, são feitos em casa quando os meninos não têm acompanhamento, quando estão sozinhos, porque têm de estar sozinhos, foi um período de intervenção de cerca de dezoito dias, em que houve um envolvimento muito grande da Câmara Municipal e acho que é dar boa nota deste tipo de actividade.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** referiu: “ Em relação ao quiosque das faturas, dizia o Senhor António Ferreira, que pelos documentos que nos fizeram chegar, a Câmara deve tratar este assunto com cuidado, tal e qual como eu estou a fazer, com cuidado, estamos a falar a título precário, como qualquer quiosque, isto não é um quiosque é uma roulotte, mas tem o mesmo tratamento de qualquer quiosque, é alugado ao ano e portanto, chegou ao fim o tempo de permanência deste quiosque nesta zona, já foram feitas várias propostas à senhora, mas ela diz que aqui é que lhe dá jeito, as coisas não são vistas assim, está numa fase de remodelação deste espaço e como a área ocupada pelo quiosque é temporária, isso foi explicado à senhora e ela já chegou a algum acordo comigo, não vale a pena andar com estas pressões, porque não vai a lado nenhum. -----

Já chegámos a um acordo, não é onde ela quer, no meio da pedonal, é uma situação que me preocupa, porque estamos a falar de pessoas, mas tanto vimos a roulotte a dizer vende-se, como a vemos dois ou três dias fechada, neste espaço também não deve ser assim. -----

-

Falou aqui que os fundos comunitários baixaram, é lógico, o senhor é uma pessoa inteligente e sabe, neste momento não há, enquanto as Câmaras ainda apresentam fundos comunitários que estão ainda, neste momento, colegas nossos a fechar o terceiro quadro comunitário, nós em tempo oportuno e com o senhor nesta casa, fechámos o terceiro quadro comunitário. -----

--

Também falou nas receitas urbanísticas que dispararam, até me custa dizer se será sinais da crise, ou não, será tão mau como de diz do Entroncamento, que as pessoas não querem viver cá, como dizia o senhor deputado do Bloco de Esquerda, sai caro viver no Entroncamento, mas as pessoas dizem que é bom viver no Entroncamento. -----

Diz também que devíamos atacar um pouco a dívida, mas tenho um compromisso com os senhores aqui, que o dinheiro que entrasse é para investimento, está guardado no banco, se o fiz no mandato passado, faço-o neste também. -----

Sobre os contratos de programa, o governo não tem nada atrasado com os dinheiros para a Câmara Municipal do Entroncamento, não dá, nem consigo falar com os governantes, na nossa Câmara já foi proposto a ver se conseguimos chegar ao senhor Governador Civil a ver se ele consegue arranjar uma plataforma para se chegar a alguém, só tenho um governante que é a senhora Secretária de Estado dos Transportes, todos os outros, temos o máximo de dificuldade, está um pouco politizado, é assim, é as regras do jogo, também não vou ser eu aqui, num concelho com treze vírgula sete quilómetros quadrados, que vai mudar o estado de coisas do país. -----

Em relação à ocupação dos terrenos na zona industrial, também não gosto muito desses termos, são fábricas, até me admira o senhor estar a dizer isso, estávamos a falar aqui da senhora Elvira, com o quiosque, quer ocupar um terreno que não é dela, tudo o que está ocupado não é do nosso tempo, mas estamos cá para resolver as coisas e temos que as resolver. -----

-

Sobre as coimas, o que eu quero é que aquilo seja tudo legalizado, porque quando vi para aqui, noventa por centos das fábricas não estavam legalizadas, estamos preocupados, não queremos aplicar coimas, não se resolve com coimas, quero é que se resolva a situação, estamos a falar de empresas e indústrias. -----

-

Sobre a redonda, hei-de lhe dar uma página do dicionário sobre o caminho de ferro, para dizer o que aquilo é, é de facto uma rotunda de locomotivas, como é dito pelos sábios ferroviários, cada um tem a sua opinião, mas é o que está escrito. -----

-

Sobre a pavimentação das ruas, não foi em dois mil e sete, são em dois mil e oito e o senhor sabe porquê, fizemos um orçamento e por isso é que a nossa execução orçamental foi menor do que o ano passado, porque não há QREN, estava previsto que o ano passado houvesse o QREN, alastramos para este ano, porque o ano passado não havia programas e teríamos que suportar as estradas todas, a pavimentação a requalificação sem quadro comunitário, portanto, não estávamos dispostos a isso. -----

-

Quero-lhe dizer e sei perfeitamente, se as contas fossem as vossas, não seriam estas, admito perfeitamente, não é fácil chegar a estes valores. -----

-

Em relação ao estudo do TURE agora concluído mas não é verdade, o estudo está concluído há muito tempo, o que seguiu agora foi a candidatura, que não podia entrar a candidatura e houve a autorização neste momento e eu estive no IMTT para que pudesse seguir para lá a candidatura. -----

-

O plano de acção do Médio Tejo só é entregue no dia cinco de Maio, mal seria que não vamos enquadrar o nosso no Médio Tejo, mas quero dizer, que neste momento ainda não se sabe se vai haver contratualização e se houver como é que ela vai ser, estamos agora a arranjar algo, um instrumento para tentar juntar-nos ao Pinhal Interior, para que esta região possa vir a ter uns benefícios. -----

Sobre a intervenção do deputado do Partido Socialista, da zona industrial em que os técnicos andavam distraídos antes de eu cá chegar, tenho a impressão que sim, mas quero-lhe dizer, que os políticos também não andavam atentos, não pode ser só imputado aos técnicos, os políticos decidem, eu assumo tudo o que os meus técnicos fazem, mal ou bem eu assumo. -----

--

Quando se falava de dinheiro, quero dizer que o Entroncamento, com todas as dificuldades em termos de rendimentos, o Entroncamento é que contribui mais para o nosso governo per capita e quem menos recebe no distrito de Santarém, se não houvesse verbas a entrar no Entroncamento, como é que nós resolvíamos isto, estamos a pagar para lá e não recebemos, é muito complicado e cria-nos muitas dificuldades. -----

-

Quero informar, que vamos entregar cartões de moradores aos municípios que vivem na zona concessionada de estacionamento, é uma proposta que vou fazer segunda

feira na reunião de Câmara. -----

--

Em relação à justa homenagem que foi feita ao Doutor Mora Leitão, não sou hipócrita eu fui convidado enquanto amigo dele, enquanto político, procurei não politizar, procurei dizer o que pensava sobre a pessoa, se vamos pensar em politizar, estamos a falar da Coligação Democrática Unitária e eu não penso isso dos senhores e acho que fizeram muito bem, mandaram um representante político. -----

Quando eu digo o que penso, não há censura alguma que me possa cortar as minhas ideias e o que eu pretendo dizer. -----

-

O senhor um dia também teve um revés na vida e eu em tempo oportuno, fui lá a sua casa, não fui fazer nada político, fui lá porque entendia que lá é que devia ir em termos solidários, o senhor se calhar disse assim: o Jaime veio cá porque fica bem politicamente, não, fui lá a sua casa porque senti que era uma mão que lá chegava e podia dar força para o senhor estar aqui hoje sentado comigo e todos os outros, por isso é que eu fiz isso Senhor Engenheiro. “ -----

-

Pedi a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Era só para um esclarecimento, o Senhor Presidente falou aqui sobre as receitas dos fundos comunitários e dos contratos de programa, a afirmação veio na nossa declaração, enquanto impossibilidade para o município de realizar investimentos, porque esses cortes levam a problemas graves em termos regionais para o município. -----

-

A ocupação que é feita, não é coima, isto é um crime, é uma ocupação de bens públicos.” -----

--

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão quando eram vinte e duas horas e vinte minutos. -----

-

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

--

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

-

O Presidente da Assembleia:

O 1º. Secretário:

O 2º. Secretário: